

RESENHAS

BARREIRA, César. 1998. *Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política. 178 pp.

Antônio Rafael

Doutorando, PPGAS-MN-UFRJ

Cada vez mais, afirma-se dentro do campo de estudos sobre a violência no Brasil, em especial da criminalidade, o entendimento de que não é possível tratar dos fenômenos a ele relacionados sem levar em conta as valorações produzidas por aqueles que participam dos contextos violentos. Isso significa eleger como objeto de estudo as organizações ou ações criminosas, a partir da representação que seus membros fazem de si mesmos e de suas práticas. Se a violência aparece como o Outro que desnaturaliza a ordem social, colocando em xeque seus fundamentos e mecanismos de coesão e deslocando identidades pessoais e grupais, é necessário perceber que é impossível situá-la fora da experiência, afirmando, deste modo, classificações apriorísticas como ponto de partida e de sustentação do trabalho etnográfico. A violência, como dimensão imanente a todo campo social, deve ser entendida como algo que se produz e que só existe sob formas socioculturais específicas (o que recoloca o questionamento a respeito da positividade

do conflito), e que só através da experiência nativa, no momento em que esta se articula com a experiência de campo do investigador, pode se dar a conhecer. O que no limite equivale a um deslocamento de perspectiva: equivar-se de um viés que parte do Estado e responde exclusivamente à demanda por políticas públicas penais, fazendo uso de modelos jurídicos ou criminológicos, e designando, reflexivamente, o aparato jurídico, policial e prisional como objeto privilegiado da análise.

O livro de César Barreira segue nesta direção, na medida em que busca situar um personagem da sociedade brasileira que até aqui permaneceu nas sombras – o pistoleiro, assassino de aluguel, “braço armado” e “autor material” dos crimes de mando, de encomenda. Se a sua existência remonta ao século passado, quando era acionado como mediador das lutas político-familiares, suporte de um poder econômico que se exercia a partir do território, hoje torna-se peça-chave de uma complexa rede de relações, denominada pelo autor de “sistema de pistolagem”. Tal rede pode ser sumariamente configurada em dois blocos. O primeiro é constituído pelo lado mais visível do sistema, explícito na figura de seus operadores: pistoleiros, “ajudantes” do crime, intermediários e mandantes. No segundo, a trama se ramifica: o poder judicial e os órgãos de segurança, uma vez parcial-

mente capturados por tais organizações, irão tornar-se responsáveis pela conversão do crime em legalidade. O que, juntamente com o apoio dos detentores de capital político ou econômico, permite a manutenção de um “lado legal” da organização como contraponto a algo que continuamente será posto “fora da lei”.

O modo como o livro está organizado reflete o próprio movimento de aproximação do tema por parte do autor. Inicia-se através de matérias de jornais, especialmente no âmbito da campanha promovida no final do ano de 1987 e início de 1988 para acabar com a pistolagem no Estado do Ceará. Destas primeiras incursões surge a constatação de que tais crimes, historicamente, estão ligados a duas grandes vertentes: o voto e a terra. Materializa-se no assassinato de adversários, particularmente quando se aproximam as eleições, promovendo a reprodução do mando político, assim como no de líderes camponeses envolvidos na organização e representação dos trabalhadores rurais. Tal é a matéria do segundo capítulo, juntamente com a análise de dois outros momentos em que o fenômeno da pistolagem ganha visibilidade: a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Pistolagem instalada no Congresso Nacional no ano de 1994, e um estudo sobre as eleições de 1996 em Maracanaú, município do Estado do Ceará. Estes estudos, além de exporem o modo como a pistolagem é apreendida em diferentes momentos e contextos institucionais, introduzem o fenômeno explicitando alguns dos mecanismos que estão na base do seu funcionamento (cito, como exemplo, a hierarquia nas classificações morais dos crimes, produzidas pelos jornais; o deslocamento de um crime político em direção ao seu enquadramento como conflito interpessoal; a tentativa

de convencer a opinião pública de que a vítima é responsável pelo seu destino – a morte física precedendo ou sucedendo a morte moral; a inserção de policiais na política e todo o processo de lançar-se candidato movido por uma plataforma que tem sua sustentação no combate à pistolagem).

A parte central do livro, que se apresenta como uma análise associada diretamente aos dados empíricos, encontra-se no capítulo terceiro, no qual o autor busca trabalhar a fala de dois informantes, tomados como casos paradigmáticos para a compreensão do tema tratado. Mas, certamente, vale abordar introdutoriamente, e ele assim o faz, todas as armadilhas e dificuldades resultantes da entrada e permanência no campo. No dizer de um dos seus informantes: “Olha, vou dizer o seguinte: eu tenho alergia a pergunta. Não gosto de róseo, nem de azul, caixão de anjo” (:27). Como trabalhar em um ambiente fortemente marcado por questões morais e de honra e, sobretudo, como articular estes códigos com aqueles do pesquisador sem cair em um relativismo absoluto ou na afirmação de uma exterioridade irreduzível do objeto? “O crime de encomenda é, em princípio, destituído de valores éticos” (:20)? Eis as interrogações que o autor nos coloca e que podem ser estendidas para englobar a pertinência dessas noções enquanto operadores analíticos: que lugar, por exemplo, deve ocupar a noção de honra em nossas análises? Outras questões lhes são adjacentes e resultam do próprio processo de coleta dos dados: qual o papel de terceiros na indicação de possíveis entrevistados e de que modo esses mediadores interferem no processo de pesquisa? Como deve se apresentar o entrevistador para o entrevistado? Deve declarar seu real objeto de estudo quando é obrigado a assumir,

em várias situações, o lugar de interrogado? Deve demonstrar conhecimento prévio sobre situações específicas nas quais o entrevistado teve participação ou uma “ignorância forçada”? Afinal, o que é esta “lógica da suspeita” (:31) que tanto o pesquisador quanto os entrevistados parecem partilhar dentro de um contexto em que o limite entre a investigação sociológica e a investigação policial é tênue? Por fim, e de modo mais subjetivo: qual é o lugar do medo e empatia? Todas estas indagações nos remetem não tanto a pressupostos metodológicos quanto àquilo que os informam: escolhas estratégicas postas em movimento na tentativa de reduzir a relação assimétrica constitutiva do processo de investigação, assim como de fundar a reflexividade – “o pensar pesquisando” (:33) – através da explicitação dos cânones de neutralidade e distanciamento nas pesquisas sociológicas.

Entre todas as histórias colhidas, dois casos são tomados como versões exemplares. Em um deles, o principal personagem assume sua vinculação com os crimes de pistolagem, ainda que tenha uma clara noção dos riscos que corre ao entrar em um jogo que não domina, o do discurso. No segundo caso, o indiciado em crimes de pistolagem nega seu envolvimento, posicionando o motor de suas ações no campo da honra. De um pólo a outro, as categorias de “vingador” e de “pistoleiro” vão sendo objetivadas, expondo as limitações de tal clivagem (lembro que a distinção entre “profissionais” e “vingadores”, em especial no que se refere ao cangaço, é recorrente nos estudos sobre o tema). Não se trata aqui de propor uma tipologia cristalizada a partir das motivações fornecidas pelos informantes, mas de perceber os efeitos gerados pela evocação de um motivo ou outro quan-

do do cumprimento de determinada ação. Só assim podemos abandonar o projeto, sempre redutor, de buscar as causas da criminalidade e dirigir nossos esforços para a compreensão do funcionamento real daquilo que tomamos como objeto de nossa investigação e de todo o conjunto de normas e valores imbricados no processo.

Assim, utilizando como fio condutor a trajetória de vida destes depoentes, o autor brinda-nos com informações valiosas acerca do “mundo da pistolagem”: os atributos pessoais e comportamentos requeridos para o exercício de tal atividade; a relação assimétrica e hierárquica – e também conflituosa – entre mandantes e executores; os modos como os serviços são contratados e o papel dos intermediários, os chamados “corretores da morte” (com a crescente “profissionalização” do pistoleiro, as contratações de “serviços” tornam-se interestaduais ou interregionais); a “lei do silêncio” que impera quando da prisão de algum pistoleiro; os preços e “tabelas de preços” que variam em função da posição social ocupada pela vítima; os “sindicatos do crime”, organizados em torno de uma liderança ou intermediário, e sua concatenação com empresas legais; a atomização da rede de proteção, que de certa maneira atualiza seu “lado nômade” (:105) (talvez fosse melhor falar aqui de uma mobilidade sedentária); a incorporação de valores urbanos; os estatutos da justiça (certamente, nos casos assinalados, não é a mesma justiça que está em jogo. Os mecanismos compensatórios que o Estado aciona quando requer uma reparação por um dano cometido não é equivalente àqueles que são acionados diante dos crimes ligados à honra ou crimes de vingança, que têm como emblema as disputas familiares. Trata-se de um outro código, de um outro registro).

Por fim, vale ressaltar que a opção por trabalhar com fontes diversas – meios de comunicação; entrevistas; literatura de cordel (assunto do capítulo quatro, em que aborda as representações populares do fenômeno, tendo como contraponto as histórias de cangaceiros e bandidos-heróis) – possibilitou ao autor focalizar o tema em sua polissemia. As múltiplas verdades que o fenômeno comporta “descortinam-se” em suas conclusões, que, sem dúvida, mais do que esgotar o tema, apontam para desdobramentos futuros e para efeitos concretos, escapando, assim, do encapsulamento em um terreno unicamente acadêmico.

BECKER, Howard S. 1998. *Tricks of the Trade. How to Think about your Research While You're Doing It*. Chicago: Chicago University Press. 232 pp.

Elizabeth Travassos

Prof^a. de Folclore e Etnomusicologia, Uni-Rio

Como na parábola contada nas últimas páginas do livro, sobre portões invisíveis no fundo do mar que transformam em dragões os peixes que por ali passam, tornar-se sociólogo requer uma transformação para a qual não há receita. Segundo Howard Becker, torna-se cientista social quem passa a “pensar sociologicamente” de forma rotineira. E algumas ferramentas do raciocínio sociológico podem ser sintetizadas sob a forma de truques a serem exercitados no decorrer de qualquer estudo que tenha como foco a vida social, independentemente do enquadramento disciplinar, quer envolva as técnicas qualitativas da etnografia, quer faça uso de *surveys* e estatísticas. A palavra truque, adverte o autor, não deve ser entendida

como procedimento simplificador: ao contrário, alguns foram sistematizados por seu potencial de complexificação da pesquisa.

Fartamente ilustrado por estudos da sociedade norte-americana – com destaque para as pesquisas sobre instituições (escolas, prisões etc.), subgrupos e comportamentos desviantes –, o livro prefere a pedagogia dos exemplos à discussão de teorias abstratas, vistas com certa desconfiança. Não se trata de uma introdução à metodologia das ciências sociais que descreva suas grandes matrizes teóricas, mas de um convite à reflexão sobre problemas que podem ser levantados no decorrer de uma pesquisa. Para o autor, a produtividade da reflexão é proporcional à capacidade de abandonar formas convencionais de olhar a realidade social: não é coincidência a lembrança, na introdução, do construtor das Watts Towers, “*naïf*” que não pensava seu trabalho nos termos estabelecidos pela arte oficial. Em arte, como em sociologia, as convenções são perigosas porque estreitam o leque de possibilidades.

Os truques estão ordenados em quatro capítulos que obedecem à seqüência temporal de uma investigação, com sua definição do objeto, delimitação do material empírico, constituição de conceitos, análise e interpretação. Como observa o autor, melhor do que ver cada capítulo como uma etapa é tratá-los, todos, como componentes interligados de uma rede.

Sob o título “Imagens”, Becker discute as formas como são representados o mundo social e a própria explicação sociológica. Tanto os estereótipos do leigo quanto as narrativas explicativas das ciências sociais são imagens. Algumas direcionam indevidamente a apreensão do real, caso não se tenha consciência de seus efeitos, outras ampliam

o cenário sugerindo possibilidades meramente virtuais que podem ser confrontadas com o real. Tal é o caso da “hipótese nula”, proposição que o pesquisador lança sabendo de antemão que não será confirmada, mas cuja refutação permite enxergar relações antes invisíveis e construir proposições válidas. Outra imagem é a da contingência (largamente inspirada pelo texto de Mariza Peirano sobre o recurso ao acaso no discurso de cientistas sociais brasileiros), proposta como alternativa ao dilema entre determinação e acaso. As imagens da sociedade como maquinismo e como organismo provocam, respectivamente, os trabalhos de “engenharia reversiva” (que revela como funciona a máquina) e de busca de interconexões de processos. Outros truques decorrem da substituição de imagens das pessoas como tipos e dos objetos como coisas dotadas de propriedades intrínsecas pela vida social como conjunto coordenado de ações situadas no tempo e no espaço. A suspeita das explicações causais deterministas também torna preferível perguntar “como” em lugar de “por que”, truque que conduz ao achado de processos, explicações expressas geralmente sob a forma de variáveis que só têm efeito quando operam em conjunto, em certos contextos.

O capítulo seguinte (“Amostragem”) aborda vários problemas englobados na questão mais ampla do papel das sinédoques na ciência social, isto é, problemas relativos à delimitação da parte chamada a representar um todo que se está estudando, cujas fronteiras também devem ser demarcadas. Trata-se de discutir as escolhas inevitáveis, que vão desde a definição do objeto de uma disciplina (o exemplo dado é o da etnomusicologia, que pretende estudar todas as músicas, uma totalidade que a

prática dos estudiosos desmente) até a amostragem de casos que permite generalizações legítimas, passando pela simples descrição dos fatos observados. Já que nenhuma descrição é completa e neutra, resta saber o que escolher, quais categorias guiam a percepção e fazem a mediação entre observar e descrever. Para evitar a armadilha das exclusões inconscientes, Becker propõe truques que consistem em levar o detalhamento da descrição a um ponto em que a inclusão de fenômenos coloca em xeque as categorias de percepção: maximizar a possibilidade de aparecimento do caso singular e olhar todo o espectro de casos. Mais uma vez, a lição geral é desconfiar das maneiras convencionais de observar e categorizar a sociedade: “[...] the general solution of the problem is to confront ourselves with just those things that would jar us out of the conventional categories, the conventional statement of the problem, the conventional solution” (:85).

A aplicação destes procedimentos encontra barreiras na organização social que se está estudando – cujos agentes têm idéias sobre o que é relevante para a descrição –, nas teorias já desenvolvidas, na maior credibilidade que uma organização hierarquizada confere às definições dos grupos sociais de status elevado. A hierarquia de credibilidade também afeta a ciência social valorando seus temas como mais ou menos relevantes. O autor lembra, aliás, que foi criticado por escolher temas menores, como os músicos de bares dos arredores de Chicago, as carreiras de professores de escolas públicas e mesmo o uso de maconha que, por volta de 1950, não tinha as dimensões de um “problema social”.

No capítulo “Conceitos”, o autor argumenta em favor da sociologia que se mantém próxima do mundo empírico,

cujos conceitos são formados indutivamente. Na medida em que os conceitos são “generalizações empíricas” e pressupõem um exame extensivo dos fenômenos aos quais se referem, eles também são um caso de sinédoque e guardam a marca da seleção que os gerou. A procura dos casos excluídos ou “anômalos” pode forçar uma bem-vinda redefinição dos conceitos. Por vezes, isto significa despojá-los de seus atributos acidentais para que retenham somente as propriedades essenciais dos fenômenos que designam. Outra forma de revisão tem por objetivo alargar-lhes o alcance rompendo com as definições do senso comum.

O último capítulo, “Lógica”, discute o tratamento do material empírico e dos conceitos como aplicações da lógica clássica e da lógica matemática de George Boole, esquematizada em “tabela-verdade” que alinha todas as possíveis relações entre um objeto e seus predicados. No caso da lógica clássica, o truque reside na “descoberta” da premissa maior de um silogismo, proposição que não é explicitada pelos atores sociais ou pelas teorias sociológicas. O funcionalismo, exemplo dado pelo autor, repousa em uma premissa maior sobre o estado de integração da sociedade que pode ser objeto de questionamento. Com relação à lógica de Boole, Becker mostra como diversas metodologias desenvolvidas na ciência social, quantitativas e qualitativas, podem ser formalizadas como combinações entre variáveis, proposições entre as quais se estabelecem correlações ou relações de causa e efeito. Assim, as tabelas que resumem tipologias, listando horizontalmente objetos e ordenando verticalmente suas propriedades, podem ser convertidas em “tabela-verdade”. Estas promovem a inspeção da totalidade de combinações possíveis, algumas in-

visíveis para o analista que trabalha com um número restrito de casos oriundos da pesquisa empírica. A lógica booleana gera, portanto, um conjunto de truques destinados a explorar o âmbito total de fenômenos, dentre eles os que são apenas possibilidades lógicas.

Três métodos de estabelecimento de tipologias, de sociólogos norte-americanos, exemplificam os truques: a “*property space analysis*” (de Paul Lazarsfeld e Allen Burton), a análise qualitativa comparativa (de Charles Ragin) e a indução analítica (associada a Alfred Lindesmith, entre outros). Todas as tipologias podem ser expressas como “tabela-verdade”. No primeiro caso, classificam-se fenômenos conforme séries de atributos (sejam eles mensuráveis, expressos em quantidades relativas ou simplesmente dicotômicos, isto é, estão presentes ou ausentes). Conforme cresce o número de atributos ou variáveis com as quais trabalha o analista, as tabelas se tornam ilegíveis porque contêm um número intratável de tipos. Um dos truques, adotado por Lazarsfeld, era a redução que funde combinações semelhantes de atributos. A operação inversa também é viável e deve ser feita quando se deseja descobrir outros tipos, isto é outras possibilidades que podem ser transformadas em hipóteses a serem confrontadas com o material empírico.

A análise comparativa qualitativa implica outra concepção de ciência social e de causalidade, mais interessada na singularidade dos processos do que em tipologias. A atenção aqui se concentra nas combinações possíveis de atributos ou variáveis que produzem o fenômeno que se quer explicar. Enquanto a pesquisa quantitativa busca conhecer o efeito de uma variável sobre outras, em quaisquer situações, a qualitativa oferece explicações a partir da

combinação única e conjuntural de múltiplas variáveis. Naturalmente, as formas de generalização legítima em cada uma das análises diferem.

A terceira alternativa, indução analítica, é apropriada ao estudo de apenas um dos tipos ou casos possíveis de uma tabela, como se o pesquisador focalizasse apenas uma de suas células ou linhas. Identificada com o método etnográfico e a técnica de obtenção de dados por entrevistas, dá origem a teorias desenvolvidas a partir das particularidades dos casos empíricos, teorias que são reformuladas à medida que suas inadequações se evidenciam. O exemplo clássico deste método que, segundo Becker, remonta a John Stuart Mill, George H. Mead e Herbert Blumer, é a análise de Lindesmith em *Opiate Addiction*, de 1947. A metodologia de seu próprio trabalho sobre usuários de maconha identifica-se com a indução analítica e as lições desses autores. De fato, um bom número de problemas e seus respectivos truques nasce como desenvolvimento de dicas ou sugestões de seus professores Herbert Blumer e Everett Hughes.

Pontuado por piadas e escrito num tom coloquial que deliberadamente adota definições simples para os grandes conceitos sociológicos (organização social, por exemplo: “a situation in which most people do pretty much the same thing in pretty much the same way most of the time, p. 41), o livro traduz a opção do autor pela ação coletiva coordenada como objeto próprio da sociologia e a opção pelo caso anômalo, pelo desvio e pela possibilidade inusitada como estratégia de pesquisa. As artes, sobretudo literatura e música, são grandes inspiradoras do sociólogo, sobretudo quando permitem sacudir as imagens convencionais dos objetos e as categorias de percepção. Neste sentido, 4’33”,

de John Cage, encerra também uma lição de ciência social, pois é o equivalente, na criação artística, das questões básicas que um sociólogo deve endereçar aos fenômenos que despertam seu interesse.

GRAHAM, Richard. 1997. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 542 pp.

Ivana Stolze Lima

Doutoranda em História, UFF

Por que um sistema político forjado para assegurar a manutenção das hierarquias sociais, garantir a continuidade da escravidão e do virtual monopólio da propriedade fundiária precisou de eleições tão constantes e que ocupavam a atenção das comunidades durante quase todo o ano? Por que o último país a pôr fim à escravidão, e única monarquia americana tinha um número de pessoas envolvidas com o processo eleitoral maior que o de alguns países europeus da mesma época? Como o clientelismo, que assegurou o predomínio social e político do chefe local sobre seus parentes e aderentes, foi a base através da qual se construiu a centralização política de um Estado “moderno” e familiar ao mesmo tempo? Estas são algumas das originais e instigantes questões levantadas por Richard Graham em livro que enriquece decisivamente a historiografia sobre a sociedade brasileira do século XIX, mas que nos leva a uma inevitável e um tanto angustiante reflexão sobre as nossas próprias crenças eleitorais.

Através de descrições minuciosas de situações, rituais eleitorais, do detalhamento de processos políticos e administrativos, Graham evidencia o contex-

to histórico sem separar política, relações sociais, e experiências culturais. O clientelismo, ainda que gerado para consolidar a supremacia dos proprietários de terra e escravos articulada ao poder central, não aparece como um sistema infalível ou isento de incertezas e tensões. O controle social obtido nunca foi absoluto, e as ameaças de desordem, brechas, desobediências, ansiedades continuaram a atuar. Ao tratar das ansiedades dos líderes políticos, das mobilidades sociais e espaciais, Graham indica que sua perspectiva não está restrita à elucidação de um modelo formal, ou de um sistema em funcionamento perfeito e harmônico, uma vez que a tensão e o movimento estão presentes no fenômeno que desvenda.

A legislação, relatórios ministeriais e de outras autoridades, memorialistas, discursos parlamentares, e outras publicações do século XIX foram pesquisados. Mas as principais fontes do livro são correspondências oficiais e pessoais, em quantidade formidável, a que a análise empresta uma inédita dimensão de conjunto, a partir da qual o autor indica a extensão nacional do clientelismo. No fundo mais do que isso, pois a construção do Estado centralizado baseou-se nas redes clientelistas. Nega-se uma imagem mais ou menos atual, provavelmente gestada na Primeira República, de que o Nordeste seria o grande responsável pelo atraso de um suposto projeto de modernidade.

“As estruturas da política”, “A atuação política” e “A prática do clientelismo” são as três partes do livro através das quais se vislumbra a vida social e política do Império, em uma narrativa circular. “O Teatro das Eleições” é o capítulo mais inovador e pode ser escolhido como entrada, merecendo um comentário mais longo. A Constituição de 1824 implementou um sistema de elei-

ções indiretas e censitárias. Os votantes escolheriam os membros do colégio eleitoral – ou eleitores – que por sua vez escolheriam os componentes da Câmara dos Deputados. Mas a dúvida levantada pelo autor é: quem eram de fato os votantes? Longe estavam de pertencer a uma “classe dominante”, como nebulosamente defenderam algumas correntes da historiografia que não haviam ainda se debruçado sobre tal documentação, e com olhos menos predispostos a reconhecer a especificidade da política na época imperial. Vinham, antes, do variegado mundo dos homens livres, sem distinção formal baseada em raça ou exigência de alfabetização. A junta de qualificação, controlada pela facção no poder, decidia quem seria ou não qualificado como votante. As interpretações da lei sobre as exigências de renda obedeciam à necessidade dos chefes locais em arrebanhar protegidos, levando-os quase como um pequeno exército a encher nos dias de eleição as pequenas cidades. Ali eram calçados, vestidos, alimentados e alojados, e mantidos sob cuidadosa vigilância, pois adeptos do exército inimigo poderiam aliciá-los. Exibir seu número significava medir forças com o adversário. Havia um complexo jogo entre ações extralegais – pela força ou pela fraude – e a legalidade. O tentar uma força (mesmo que não se concretizasse) seria o caminho para o futuro reconhecimento de um líder político.

Encenava-se a detalhada hierarquia social, os diferentes *status* dos votantes – bacharéis, membros da Guarda Nacional, clérigos, agregados ou simples lavradores –, a posição inferior dos votantes diante dos superiores, e mesmo a superioridade dos votantes sobre os demais habitantes livres e os escravos (distinção esta fundamental, ali mais uma vez lembrada). Mais do que uma exclusão, as eleições eram uma forma

de diferenciação. Os clientes demonstravam lealdade, obediência, reconhecimento; os patrões reafirmavam seu dom de proteção. Por tudo isso o espetáculo devia e podia ser amplo, bem como essencialmente público, quase uma festa, embora uma festa sempre tensa e que podia ser também violenta.

Nas igrejas – onde antes havia sido montado um cenário ligeiramente diferente daquele dos dias comuns e que recortava, na hierarquia social, a ordem política – chegavam, ostentando as insígnias oficiais de cada cargo, o juiz de paz e membros da Câmara municipal, ocupando a mesa eleitoral, soberana sobre o resultado local das eleições. Ao lado destes, o padre. A partir de 1842 juntava-se a estes o delegado, presença do distante poder central, que roubava do juiz de paz – ele próprio eleito localmente – o lugar de presidente da mesa e outras atribuições policiais e judiciais, mudança que não se operou sem reações violentas.

Espelhando o paradigma familiar, a troca de lealdade e obediência por proteção e favores constituía a matriz das relações sociais entre clientes e patrões, recriada quase indefinidamente entre os vários estratos sociais.

O virtual monopólio da propriedade da terra consistia não tanto em interesse econômico imediato, mas em um decisivo instrumento político. Um grande proprietário transformava-se efetivamente em um chefe local ao formar sua própria clientela. Podia conseguir dos “moradores” que ocupavam suas terras algo parecido com um pequeno exército, fosse para trabalhar em alguma empreitada ocasional, para votar ou para lutar. Ele também conseguiria livrar seus potenciais protegidos do recrutamento forçado, poderoso instrumento de controle social, da mesma forma que entregaria os recalcitrantes.

Também o governo central – simbolizado no primeiro pai, o Imperador – funcionava como uma espécie de padrinho para os chefes locais, constituindo-se na proteção contra as tensões sociais latentes, ao controlar uma rede de autoridades para vigiar a manutenção da ordem pública. Ficava cada vez mais claro que a autonomia regional ou provincial podia significar perigo. Ocupar aquela mesma rede de autoridade era objetivo dos chefes locais, uma vez que significaria aumentar sua clientela e prestígio. Surge daí o sentido da expressão “tomar posse” dos cargos públicos, ainda em voga. Por outro lado, o gabinete ministerial necessitava da lealdade do chefe local para consolidar a centralização política. Os ministros, mesmo nomeados pelo Imperador, dependiam do Congresso. Os deputados eram eleitos pelos chefes locais. Mas os ministros tinham o poder de controlar o processo eleitoral através das nomeações, seja para funções diretamente ligadas às eleições, seja para outros cargos que precisariam ser devidamente retribuídos com lealdade. Claro que o poder que nomeava também afastava. Toda a rede clientelista é minuciosamente explorada por Graham, nesse movimento de direções dispersas e às vezes contraditórias entre o poder local e o central.

A estrutura política recriava a hierarquia social. A cada voto, pedido de emprego, concessão de um favor, cada um reconhecia sua posição de inferior ou superior, dependendo da situação. Atender às solicitações dos clientes colocava em questão a própria posição como protetor, mesmo tratando-se de um ministro de Estado.

A análise da organização partidária do Império, evitando categorias anacrônicas, indica como Liberais e Conservadores participavam igualmente dos pro-

cedimentos clientelísticos. Sua cisão não era ideológica ou programática. A lealdade partidária, cuja manutenção não era tarefa fácil, dobrava-se antes a uma lealdade pessoal. Durante as campanhas procuravam-se as afinidades familiares, as amizades, as influências, as obrigações muito mais do que se defendia uma plataforma singular.

Curiosamente, era comum a preocupação em realizar eleições justas, o que significava aceitar que os adversários em algum momento participassem do poder. Os políticos acreditavam-se portadores de uma adesão plena aos princípios constitucionais e representativos.

Uma espécie de revezamento implícito expressava como cada partido ou facção, mais do que estar no governo, almejava ser o governo. As tensões entre facções ou entre autoridades, se bem administradas, perpetuavam o sistema como um todo.

Embora estabeleça como limites temporais do livro o reinado de D. Pedro II, entre 1840 e 1889, Graham reflete sobre o contexto de implantação do regime republicano ao abordar a reforma eleitoral de 1881 como fruto de transformações sociais. A introdução das eleições diretas e a exigência de alfabetização reduziu o número de habitantes envolvidos nas eleições de um milhão para 150 mil. Os argumentos favoráveis à reforma evidenciam que, com o fim iminente da escravidão, e o risco de que o sistema, tal como era, não fosse mais capaz de servir a seus objetivos, os fazendeiros aceitaram a restrição aos alfabetizados, bem como a nova forma de comprovação de renda. No entanto, a mudança era uma adaptação do clientelismo, pois os procedimentos básicos continuaram. A República continuou tanto com o voto restrito sob a nova aparência de universal, quanto

com o clientelismo, desde então tornado federal. Haveria, entretanto, agora, novos cargos na disputa.

Finalmente, a narrativa não segue um tom comum entre alguns brasiliannistas norte-americanos, pretendente a uma descrição empírica neutra que desperta certo enfado, apesar do mérito das pesquisas de grande alcance. Ao contrário, a leitura de *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX* é marcada pelo envolvimento de sua escrita. A um entendimento estreito de que o clientelismo seria um fenômeno tipicamente brasileiro o autor contrapõe uma série de referências a lugares e épocas nos quais fenômenos semelhantes têm sido analisados.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998. *Coleções e Expedições Vigeadas: Os Etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs. 341 pp.

Marco Antonio Gonçalves

Prof. de Antropologia, PPGSA-IFCS-UFRJ

Este livro representa uma contribuição significativa à história da etnologia brasileira. Originalmente uma dissertação de mestrado em Antropologia Social apresentada à USP, recebeu a premiação da Anpocs como melhor dissertação no ano de 1997. A pesquisa realizou-se nos arquivos do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, hoje sediado no Museu de Astronomia, no Rio de Janeiro. O Conselho funcionou de 1933 a 1968, fiscalizando as expedições científicas realizadas por pesquisadores estrangeiros ou por brasileiros não vinculados a uma instituição científica.

O autor redescobre este acervo como fonte importante para a compreensão do desenvolvimento da ciência e das instituições científicas no Brasil. Sob uma aparência burocrática, o acervo apresenta uma rica documentação sobre as expedições científicas, que revelam percepções sobre “patrimônio”, “ciência”, “nação”, e as relações e estratégias que se estabeleceram entre diferentes cientistas e instituições de pesquisa no Brasil e no exterior. O arquivo reúne onze mil documentos bastante diversos – cartas, ofícios, atas de reunião, relatórios de atividades, listas de frequências, demonstrativos de pagamentos, telegramas, recortes de jornais, fotografias – e é de tal forma abrangente, que o autor teve de realizar sucessivos recortes até chegar ao núcleo documental que é seu objeto privilegiado de análise: os pedidos de licença para expedições etnográficas, antropológicas e arqueológicas.

Na estrutura documental do acervo destacam-se os “dossiês expedicionários”; são, ao todo, 437 dossiês, dos quais 61 são relativos a pedidos de licença para expedições classificadas como etnográficas, arqueológicas e antropológicas. Neste universo, o autor focaliza cinco dossiês, dando maior ênfase a dois: os de Claude Lévi-Strauss e Curt Nimuendajú, que constituem o núcleo do livro (capítulos 4 e 5); a análise dos outros três (Charles Wagley; William Lipkind e Buell Quain; e David Maybury-Lewis) integra o capítulo 3.

A intenção de Grupioni é entender como esses etnólogos realizaram suas pesquisas e a relação destas com suas carreiras futuras. Não analisa, contudo, as obras dos pesquisadores cujos dossiês são investigados, mas sim o “dossiê em si mesmo”. Segundo o autor, “a análise é construída de dentro do conjunto documental para fora dele”, etnografia

que “implica elevar o documento investigado à condição de parte constitutiva da análise, e não à de mera ilustração” (:26-27). Entretanto, a escolha inicial do objeto e os recortes que procedeu até chegar aos dossiês efetivamente analisados implicam mediações que são impostas por outros contextos que não os dos dossiês tomados como peças isoladas. Sua concepção da história da antropologia no Brasil, por exemplo, leva-o a um recorte específico do material a ser analisado, que, por sua vez, o leva a uma classificação dos autores escolhidos e a um determinado quadro temporal.

O capítulo 1, “O Campo Indigenista”, localiza o Conselho em um campo bastante heterogêneo que envolvia disputas, travadas desde o começo deste século, sobre o lugar dos índios no projeto de construção nacional, idéias e práticas que circulavam naquele momento e que fizeram parte da constituição e da elaboração de uma política indigenista fomentada pelo Estado brasileiro. Grupioni, a partir do Conselho, repensa o campo indigenista, propondo um alargamento do mesmo para incorporar não apenas as chamadas *políticas de intervenções nas populações indígenas*, mas também a produção do conhecimento sobre esses grupos e, assim, a relação dos antropólogos com o Estado. Embora o material restrinja-se aos antropólogos estrangeiros, pode-se vislumbrar uma rede complexa de relações entre as instituições brasileiras e seus pesquisadores e suas respectivas relações com o Estado. Outro ponto importante evocado por Grupioni é que, no momento em que se elabora uma política sobre as expedições científicas e de preservação de coleções percebidas como parte do patrimônio histórico e cultural da nação, “os índios passam a ocupar um lugar de destaque na idéia

de nação que o Estado está construindo” (:44).

No capítulo 2, “O Conselho de Fiscalização”, o autor faz uma análise minuciosa da estrutura do Conselho, seus objetivos, seu papel fiscalizador, dos princípios que nortearam sua criação e do debate político em jogo. A instituição do Conselho produziu um universo de categorias classificatórias como “expedições científicas”, “expedicionário”, “pesquisador”, “especialista”, “coleções etnográficas” – categorias que não eram, até aquele momento, constitutivas de um campo organizado. A própria categoria “expedição científica” já evidenciava uma percepção específica do que significa pesquisa e do modo como esta deve ser conduzida (para produção de conhecimento e para apropriação de bens culturais e científicos). O “expedicionário” – seja ele nacional sem vinculação institucional, ou estrangeiro – tem de submeter seu projeto ao Conselho, que documenta suas atividades e lhe concede uma autorização para pesquisa. Para tanto, o Conselho cria as figuras de “conselheiros” e “consultores”, muitos destes formalmente vinculados às instituições de pesquisa no país, que passam a opinar, vetar ou autorizar as “expedições científicas”. Com isso, o Conselho legitimava o “pesquisador nacional”.

No capítulo 3 chega-se, finalmente, à análise dos dossiês dos etnólogos. São analisados os de Charles Wagley, de William Lipkind e Buell Quain, e de David Maybury-Lewis. Grupioni oferece um vívido quadro da antropologia daquele período, reconstituindo as relações entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, relações que definiram interesses e questões sobre os quais a antropologia no Brasil iria se debruçar no futuro. O autor reconstrói as conexões da escola americana de antropologia –

por meio de representantes como Boas, Linton e Benedict e dos estudos desenvolvidos no Brasil por seus alunos Wagley, Lipkind, o casal Watson, o casal Murphy – com as instituições brasileiras, uma rede que se conectava a Heloísa Alberto Torres e aos pesquisadores do Museu Nacional. A análise dos dossiês revela não apenas as disputas institucionais entre museus e órgãos de pesquisa no Brasil e de seus respectivos pesquisadores a partir do “capital intelectual” estrangeiro, mas também um estilo de condução da pesquisa etnológica, seja no que se refere aos temas (estudos lingüísticos, musicais, aculturação e mudança, cultura material, antropometria) ou ao próprio trabalho de campo. Muitos dos pesquisadores, denominados “expedicionários”, faziam-se acompanhar por mateiros, carregadores, cozinheiros e assistentes, o que levava o Serviço de Proteção aos Índios a questionar não as “boas intenções” e “integridade moral” dos pesquisadores, mas a de seus acompanhantes, que entravam em contato com as populações indígenas.

O capítulo 4 analisa o dossiê Claude Lévi-Strauss enfocando sua segunda expedição. Grupioni narra a disputa intelectual que se trava entre o Departamento de Cultura de São Paulo e o Museu Nacional, mediada pelo Conselho, sobre o controle e fiscalização da expedição. A influência de Heloísa Alberto Torres acaba por impor à expedição um “delegado do Museu Nacional”, Luiz de Castro Faria, “fiscal do Conselho”, que acompanharia Lévi-Strauss à Serra do Norte. O capítulo reconstrói a rede de relações acadêmicas e políticas, bem como as estratégias dos atores envolvidos, que girava em torno da legitimidade da pesquisa científica desenvolvida no Brasil. Grupioni, ainda neste capítulo, redimensiona a contribuição de Lé-

vi-Strauss para o *corpus* etnográfico sul-americano, reconectando suas pesquisas à sua produção intelectual mais ampla. O autor conclui que a real contribuição de Lévi-Strauss à etnologia sul-americana ficou ofuscada pela envergadura de sua obra que, se ultrapassava o americanismo tropical, não deixava de ser importante para a constituição desse campo de estudos.

Para a análise do dossiê Nimuendajú (capítulo 5), o autor lança mão de outros documentos, presentes nos arquivos do Museu Nacional, para avaliar a efetiva participação desse etnólogo no desenvolvimento da antropologia brasileira. Reconstrói as relações de Nimuendajú com museus, instituições e pesquisadores no Brasil e no exterior, por meio das quais ele se construiu como “coleccionador” e depois como “pesquisador”. Descrevendo os interesses políticos e acadêmicos desse jogo de alianças, Grupioni revela o campo em que Nimuendajú se movimentou durante o tempo em que contribuiu para produzir um conhecimento etnológico sobre as populações indígenas brasileiras.

Além de permitir compreender melhor um determinado período (1930-1945) da antropologia praticada no Brasil, a partir dos materiais do arquivo do Conselho Grupioni avalia, também, a produção do conhecimento na etnologia brasileira. Sua hipótese sobre as grandes influências germânica e americana na etnologia nacional, fundamenta-se na constatação de Anne-Christine Taylor, segundo a qual em inícios dos anos 70 se podiam contar apenas cinquenta monografias sobre as sociedades da Amazônia, enquanto outra região de igual tamanho, o Oeste da África, contava com mais de duas mil. França e Inglaterra concentravam seus esforços em conhecer suas Colônias, ao mesmo tempo em que os alemães teriam

se voltado para a América, influenciando profundamente a etnologia norte-americana com suas idéias culturalistas e difusionistas, e também com os estudos sobre os índios brasileiros.

Até hoje não se escreveu uma história da etnologia praticada no Brasil, a partir de sua obra escrita e publicada, que permita uma avaliação das contribuições de seu diversos autores, ligando carreira, pesquisa e obra constituída. Os três volumes da *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, sobretudo os dois primeiros organizados por Baldus, revela uma quantidade e qualidade de material que, no mínimo, torna complexa qualquer tentativa de produzir hipóteses de caráter geral sobre um material tão vasto e ainda não classificado e avaliado apropriadamente. Pensar que o *boom* da etnologia brasileira se inicia na década de 70, apostando numa desqualificação da produção anterior, é, antes, uma estratégia para colocar em evidência *um* modelo de antropologia (e, conseqüentemente, do “americanismo”), do que uma verdade ancorada em bases sólidas demonstráveis. Neste sentido, o esquecimento das contribuições anteriores e a estranha sensação dos americanistas de estarem sempre “começando do zero” revela a construção de *uma* história da etnologia, apoiada mais em rupturas do que em continuidades: foi o que se passou com os “estudos de contato”, na década de 60, e com a chamada “etnologia pura” na década de 70. A história da etnologia a partir de sua produção escrita seria uma contrapartida importante aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, nas últimas décadas, sobre as histórias da antropologia e da etnologia praticadas no Brasil, cujo livro de Grupioni é um dos seus resultados significativos.

MAGALHÃES Nara. 1998. *O Povo Sabe Votar, Uma Visão Antropológica*. Petrópolis: Vozes/Unijuí. 140 pp.

Irllys Alencar Firmo Barreira

Profa. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC

O título do livro é provocativo, contrariando a frase de Pelé, já consagrada pelo senso comum, de que “o povo não sabe votar” porque transforma muitas vezes esse exercício democrático em legitimação de forças sociais contrárias aos seus próprios interesses. As idéias desenvolvidas no livro de Nara Magalhães não se fundamentam, entretanto, na busca de uma pureza ou essencialidade contidas na prática política dessa categoria fluida e de difícil apreensão que nomeamos “povo”.

De modo peculiar, a prática do voto é analisada como expressão de uma lógica que não reside nos conceitos de “consciência política”, “falsidade” ou “alienação”. A trilha metodológica percorrida pela autora é a de buscar nos significados culturais os modos de pensar e atuar na política, entre os quais se incluem as manifestações eleitorais. Essa não é uma tarefa fácil, pois se o conjunto das representações ou visões de mundo que delimita as práticas políticas não se enquadra nas classificações convencionais, como buscar a lógica das opções eleitorais? Que razões justificam a escolha de diferentes candidatos?

Através do conjunto de discursos nem sempre convergentes, e às vezes aparentemente desconexos, a autora explora a presença de mitos ou visões de mundo que fundamentam a teia de significados culturais e influenciam as concepções sobre o poder e a política. O que significa a política para as pes-

soas comuns, ou como os grupos populares interpretam e decodificam as mensagens que recebem, constituem os fios condutores que guiam a pesquisa. As opções eleitorais, nessa perspectiva, terminam funcionando como portas de entrada para analisar valores sobre o poder e a política.

Segundo as palavras da autora: “Nesse trabalho, não pretendo encontrar a verdadeira organização popular nem a política autêntica, nem a mais democrática. Minha intenção é apontar o gosto, o detalhe, a maneira própria de alguns grupos populares pensarem e praticarem a política, em especial quando votam” (:19).

A percepção da política enquanto prática e elaboração simbólica incorpora as experiências que são cunhadas em outros domínios da vida social e cultural. Destaca-se nesse plano a influência de Evans Pritchard, que, a partir de estudo realizado entre os Nuer, buscou compreender a política para além das instâncias oficiais de representação. O estudo de Nara Magalhães filia-se, portanto, a autores que pensaram a política em sentido amplo: “tomo a política enquanto *representação*, ou seja, não analiso a política a partir de instituições sociais, mas tento captar, através do que as pessoas dizem e fazem com ela, como a qualificam, qual o significado que lhe atribuem. E ainda, como este significado se articula com um *imaginário* coletivo” (:29).

As interações entre valores culturais e políticos, segundo a interpretação proposta no livro, supõem que a política se relaciona a um conjunto de crenças também definidas no terreno da subjetividade. Rejeitando as determinações culturais contidas, por exemplo, na versão de hegemonia dos meios de comunicação de massa, a autora resgata a capacidade criativa do público consu-

midor na elaboração de percepções sobre a vida social e política. Os eleitores não são assim considerados como meros agentes passivos, pois emitem opiniões sobre o tema da política, mesmo em situações nas quais declaram não entender do assunto.

Algumas questões tratadas no pensamento clássico perpassam a abordagem da política de uma perspectiva cultural. Uma delas é a ruptura com o conceito de ideologia, que traz implicações para as noções de falso e verdadeiro. A percepção da ideologia como visão de mundo, inspirada no pensamento de Gramsci, permite também pensar a hegemonia como um processo não totalizador e permeável à criação de novos bens culturais. Os grupos populares analisados atuam no interior de uma circularidade de bens simbólicos e materiais, não obstante serem pessoas que partilham significados convergentes a respeito de determinado tema.

A pesquisa, realizada em Porto Alegre, trabalha com dois campos de significado. Um, produzido por especialistas políticos, outro, construído através de eleitores anônimos não engajados em partidos políticos e moradores de bairros populares e vilas operárias. O material empírico é coletado em diferentes conjunturas, incluindo as eleições para prefeitura em 1985 e 1992 e as eleições presidenciais de 1989.

Constata a autora que a influência da propaganda política sobre as escolhas eleitorais entre as classes populares é importante, mas não inteiramente decisiva. Isso porque as visões sobre a política e os políticos encontram-se muitas vezes cristalizadas em mitos ou versões incorporadas ao longo do tempo. De outro lado, os interesses e valores não são monolíticos, introduzindo grande complexidade às opções por um ou outro candidato.

O capítulo sobre as eleições municipais de 1985 visa apreender o modo como o eleitor constrói suas motivações para a escolha de candidatos. A explicitação dos motivos para o voto termina revelando representações negativas sobre o poder, ao lado de concepções que associam as escolhas eleitorais com a busca de satisfação de interesses: “as pessoas votam em quem pode fazer alguma coisa”. Curioso é observar que se vota pelos mesmos motivos em candidatos com perfis ideológicos diferentes, ao mesmo tempo que se critica a política e o mundo dos políticos pela traição e presença de “sentimentos mesquinhos”.

As candidaturas ao pleito municipal de 1985 têm em comum a perspectiva personalista que se expressa na forma como os candidatos são apresentados. Existem constantes evocações a políticos notáveis como Leonel Brizola, ou Tancredo Neves, que vão corporificar a transferência de credibilidade, reforçando o elemento retrógrado de que o mais seguro é apostar no conhecido.

Na explicação sobre a eficácia e vitória de Alceu Collares à prefeitura de Porto Alegre em 1985, a solidariedade destacava-se como valor principal, ressaltado pelos entrevistados, que o viam como parte integrante do grupo. Sua vitória associa-se, assim, a uma imagem construída no interior de setores populares, identificados com sua condição portadora de pouco capital cultural e econômico.

A discussão sobre as eleições presidenciais de 1989 percorre o mesmo caminho de investigação, sinalizado na articulação entre mensagens políticas emitidas por candidatos e concepções elaboradas por moradores do bairro Vila Assunção. A investigação não centra seu olhar unicamente na escolhas eleitorais, verificando também o que pen-

sam as pessoas a respeito do poder e da política.

Nessa perspectiva, a lógica popular é marcada por alguns princípios de identificação de classe: “o que mais vai fazer pelos pobres”. Outro princípio também preside as escolhas: as eleições constituem um jogo no qual ganhar é importante. O votante, na condição social de perdedor, transforma-se em vencedor quando identificado com o candidato vitorioso.

No conjunto de imagens que funcionam como jogo de espelhos, para usar uma metáfora da própria autora, a ordem simbólica e material encontram-se mescladas, sinalizando movimentos de aproximação e afastamento não restritos ao âmbito da política. É o caso, por exemplo, dos apelos religiosos também analisados na pesquisa. As articulações entre o campo político e o religioso, que se expressam no uso da religião em discursos políticos e nas crenças já existentes nos eleitores, constituem uma tônica que atravessa o conjunto das campanhas. Enquanto Collor brandia a imagem de São Francisco, Brizola privilegiava as religiões afro-brasileiras.

As informações sobre as eleições para prefeito em 1992 foram obtidas em dois bairros populares denominados Intercep e Vila Lupicínio Rodrigues. No bairro Intercep, a política e o poder são identificados como distantes e portadores de uma natureza perversa. Prevalece aí uma visão hierárquica do poder e uma atitude de omissão que supõem a impossibilidade de nada interferir em algo considerado distante e inacessível. A Vila Lupicínio Rodrigues pensa política como um jogo de vantagens materiais, em que o voto é dado para o candidato que vai fazer benfeitorias urbanas.

No emaranhado de opiniões sobre a política, conclui a autora que “existe

uma lógica na maneira como os grupos populares encarnam a política e os políticos, em especial quando votam, que extrapola o momento de uma eleição”. Essa lógica diz respeito a um imaginário sobre a política que os leva a agir de maneira singular, para além de noções correntes geradas no senso comum e nas abordagens acadêmicas, que explicam as escolhas eleitorais a partir de variáveis como desinformação, despolitização ou alienação.

O trabalho enfrenta, portanto, o desafio de buscar entre as posições e vivências diferenciadas a existência de um universo complexo de sentidos. Tarefa difícil, que supõe uma superação da cristalização de opiniões colhidas em um tempo, presentes em frases como “as classes populares pensam” ou “as classes populares agem”. O risco desse tipo de abordagem é o de engessar opiniões circunstanciais, colocando-as como sendo a “versão das classes populares”. Reproduz-se assim, em outras palavras, os conceitos de alienação ou falsa consciência. Em uma perspectiva diferente, a abordagem etnográfica e suas implicações de ordem teórica e metodológica terminam guiando uma pesquisadora curiosa e pouco afeita a generalizações fáceis.

O livro suscita também novas indagações ao leitor, que são necessárias à compreensão da dinâmica do voto. O deslocamento do olhar das instituições, para busca dos sentidos elaborados por “grupos populares não políticos”, poderia ser complementado por uma reflexão sobre o modo como os partidos políticos colaboram para reforçar determinadas visões sobre a representação política. Também uma reflexão sobre o significado do “contexto eleitoral” ajudaria a entender como são consolidadas e polarizam-se opiniões em determinadas zonas da cidade, incluín-

do principalmente os bairros populares.

O povo sabe votar, afirma o trabalho de Nara Magalhães, rompendo com as abordagens tradicionais sobre eleições, que pensam as dimensões negativas da política com base na pretensa *irracionalidade* do eleitor. Esse saber é, no entanto, complexo, devendo ser submetido ao crivo das construções simbólicas que sedimentam o universo da cultura e da política.

NARAYAN, Uma. 1997. *Dislocating Cultures: Identities, Traditions, and Third World Feminism*. New York/London: Routledge. 226 pp.

João Feres Jr.

Doutorando em Ciência Política,
City University of New York

Dislocating Cultures é uma das contribuições mais provocantes e criativas que apareceram no cenário acadêmico americano dos últimos anos. A abordagem escolhida por Narayan abre um leque de possibilidades interdisciplinares, sacudindo as fronteiras que separam os círculos acadêmicos. O espaço epistêmico ocupado pela obra tem importantes interseções com teoria feminista, estudos de gênero, antropologia, estudos da cultura, ciência política, história, epistemologia das ciências sociais e estudos do colonialismo. O livro é um estudo cuidadoso da construção do papel da mulher em uma sociedade pós-colonial, a Índia. Sua principal virtude é o desvendamento das múltiplas conexões que ligam a cultura à política através do período histórico que vai do colonialismo inglês do século XIX à Índia contemporânea.

O livro é composto por cinco capítulos/ensaios sobre temas relacionados. O

primeiro capítulo introduz o problema do feminismo em países do Terceiro Mundo. Narayan define-se como uma feminista do Terceiro Mundo, mas imediatamente faz questão de esclarecer que assume essa “identidade” com a única finalidade de explicitar sua “localização”, e não de assumir um conjunto fixo de valores e saberes da “cultura” à qual pertence. Ao se localizar, a autora define o campo de forças daquilo que é o problema principal do capítulo: a viabilidade de um pensamento e uma ação feministas em um contexto terceiromundista. Dois pólos de resistência à implantação desse projeto imediatamente se revelam: por um lado, feministas dos países do Primeiro Mundo que têm, muitas vezes, uma atitude de suspeição em relação às suas colegas de outros países; por outro, grupos locais que têm interesse na conservação de práticas discriminatórias identificadas com a “tradição cultural”.

As feministas dos países desenvolvidos não raro aceitam acriticamente as distorções do olhar primeiromundista sobre o outro. Essas distorções levam ocidentais, inclusive muitas feministas, a verem outras culturas como totalidades estáticas e organicamente coerentes. A consequência mais comum dessa postura é a de culpar o todo da cultura por práticas consideradas indesejáveis. Segundo a analogia organicista, o mau funcionamento de uma parte só pode ser causa, ou consequência, de um corpo doente. Outra variante desse raciocínio enxerga a postura crítica e mudancista do feminismo do Terceiro Mundo como uma forma de traição à integridade da “cultura”. Em uma versão mais esquerdista dessa crítica, as atividades de protesto feminista naqueles contextos são vistas como uma forma de aburguesamento ocidentalizante. Relembrando Edward Said, Narayan mostra

que por trás dessas críticas está a noção imperialista de que o Ocidente é dinâmico e plural, enquanto sociedades do “resto” do mundo estão aprisionadas por culturas tradicionais imorredouras. De acordo com esse preconceito, o feminismo, por lutar pela mudança dos hábitos e valores, só cabe no Ocidente. Seguindo este raciocínio, em contextos terceiomundistas o feminismo só pode ser visto como um produto importado do Ocidente, exótico e mal adaptado, uma forma de desestabilizar os valores da “tradição” local. A resposta de Narayan desenvolve-se através dos capítulos do livro, mostrando que, ao contrário do preconceito ocidental, a sociedade indiana é repleta de valores e interesses conflitantes, e em constante transformação histórica.

Narayan começa o Capítulo 2 usando o livro *Gyn/Ecology* de Mary Daly (1978) como exemplo dos preconceitos contidos na atitude feminista primeiro-mundista. Nessa obra, Daly discute o *Sati* – imolação ritual da viúva no funeral do marido. Narayan argumenta que a descrição apresentada por Daly é de fato uma descaracterização do *Sati*, que retira essa prática de seu contexto social e histórico para conferir a ela um lugar fixo na “cultura indiana”. A autora mostra que o *Sati* foi praticado no passado em apenas algumas regiões da Índia; novas ocorrências são extremamente raras e restritas exclusivamente àquelas regiões. Daly, contudo, dá a entender que o *Sati* é uma prática corrente que ameaça a vida de grande parte das mulheres indianas ainda hoje. Narayan acusa Daly de desprezar a história do *Sati* e seu papel na sociedade indiana do passado e do presente. Isso é consequência de uma postura colonialista, pois nega que a sociedade em questão tenha uma história, e, portanto, esteja sujeita à transformação.

Narayan não se limita a dizer o que não deve ser feito, e, logo após apontar as falhas no texto de Daly, apresenta sua própria interpretação sobre o fenômeno do *Sati*. Segundo a autora, a incorporação do *Sati* à “tradição” indiana deve ser entendida como um produto da relação colonial entre nacionalistas indianos e colonizadores ingleses. Os vários grupos nacionalistas da Índia colonial buscaram forjar uma “cultura nacional” que fosse capaz de unificar os povos do subcontinente em torno da luta pela independência política. Nesse processo, muitos usos regionais e ancestrais, como é o caso do *Sati*, adquiriram a aparência de características tradicionais da cultura nacional indiana. A incorporação do *Sati* à “tradição”, porém, sempre foi uma questão de disputa entre grupos conservadores patriarcalistas – que viam na prática mais um instrumento de dominação das mulheres – e grupos nacionalistas progressistas, que rejeitavam totalmente esse uso. Os ingleses também se interessaram pela nacionalização e tradicionalização do *Sati*, pois tal prática acentuava o caráter bárbaro e incivilizado dos indianos, e, portanto, ajudava a justificar o colonialismo.

Segundo Narayan, o *Sati* praticamente desapareceu depois da Independência indiana. Ela então examina duas raras ocorrências recentes e mostra que, em ambos os casos, a morte ritual da esposa não foi produto do funcionamento orgânico de uma sociedade tradicional. Pelo contrário, o que ocorreu foi a manipulação da idéia do *Sati* como tradição pelas autoridades locais e pela família do marido, com fins políticos e pecuniários.

O terceiro ensaio finaliza a trilogia de capítulos que constitui, de fato, a parte principal do livro. Narayan examina as interpretações correntes na li-

teratura ocidental de língua inglesa sobre a prática indiana do assassinato por dote para demonstrar quão preconceituosas e prenhes de noções colonialistas elas são. Nesse mesmo capítulo a autora faz uma comparação entre os níveis de violência doméstica nos EUA e na Índia e chega à “surpreendente” descoberta de que eles se equivalem. Para tanto, Narayan desconstrói o método quantitativo empregado pelas ciências sociais, acabando por desvelar a arbitrariedade das categorias empregadas pela literatura acadêmica e a maneira como a escolha dessas categorias influencia o resultado da pesquisa. Segundo a autora, o intelectual ocidental tende a enfatizar a diferença e menosprezar as características das sociedades do Terceiro Mundo que são comuns às dos “países desenvolvidos”. Uma consequência dessa distorção é a escolha de variáveis de análise que super-representam os aspectos “exóticos” daquelas sociedades.

O quarto capítulo é uma reflexão sobre os diferentes papéis desempenhados por intelectuais do Terceiro Mundo no contexto acadêmico do Primeiro Mundo. Baseando-se em parte na sua trajetória de vida, Narayan inicia uma importante reflexão sobre a antropologia e os estudos da cultura no Ocidente, e a maneira como indivíduos de “fora” são tratados por profissionais dessas disciplinas. Sem cair na solução irreal do abandono de qualquer rotulação, a autora propõe uma tática de apresentação na qual o indivíduo de “fora” se utiliza dos próprios preconceitos contidos no olhar do outro para desconstruir esses preconceitos e infundir uma perspectiva crítica ao encontro.

O último capítulo do livro leva o nome de “Comendo Culturas” (“*Eating Cultures*”) e funciona, de fato, como uma sobremesa ao fim de uma lauta re-

feição. Narayan começa o capítulo com a revelação, surpreendente para muitos, de que o tempero *curry* – um produto internacionalmente reconhecido como genuinamente indiano –, é de fato uma criação colonial inglesa. Os indianos de verdade comem *massalas*, que são combinações variadas de temperos que mudam de acordo com o prato e a região onde ele é preparado. Os ingleses foram os responsáveis por transformar um *massala* qualquer em um produto industrial, ao qual deram o nome de *curry*. A autora mostra que na Índia a comida assumiu um importante papel político e cultural. Muitos nacionalistas indianos usaram a culinária como fator de aglutinação cultural e orgulho perante a incipiente culinária inglesa. A comida, porém, pode ser também fator de geração de preconceitos e divisão interna em um país com tantas culturas, línguas e hábitos alimentares: muçulmanos comedores de carne bovina, hindus vegetarianos do sul, indianos carnívoros do norte etc.

Narayan nasceu e passou sua infância na Índia, estudou na Inglaterra, e, mais tarde, mudou-se para os EUA para prosseguir em sua carreira acadêmica. Ao longo de sua vida, a autora conta ter sido exposta a um sem-número de encontros nos quais foi chamada a assumir uma identidade que lhe era desconfortável. O descompasso entre a visão do outro sobre o sujeito e a auto-imagem desse sujeito tem sido um assunto recorrente na filosofia e nas ciências sociais. Essa questão encontra-se na *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel, no *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir e também no livro de Narayan, *Dislocating Cultures*. Em sua ânsia de responder a essa questão, a autora acaba por abusar do conceito de “Terceiro Mundo”, dando a entender que todas as sociedades que não pertencem ao Primei-

ro Mundo têm alguma coisa essencial em comum, que não o simples fato de não pertencerem a ele. Conseqüentemente, Narayan acaba tomando coisas que são particulares a seu objeto, a Índia, como características gerais do tal “Terceiro Mundo”. Essa atitude é, em parte, um produto das demandas da academia americana, na qual conceitos pseudodescritivos e generalizantes como “Terceiro Mundo”, “América Latina”, “raça”, “etnia” etc. ainda se encontram em pleno uso. Isso porém não cancela as virtudes desse livro. Nele, Narayan apresenta um potente argumento em prol do movimento feminista e da liberação da mulher indiana e, através de uma prosa fluida e expressiva, demonstra que questões culturais estão inevitavelmente ligadas à política.

PONTES, Heloísa. 1998. *Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 – 1968)*. São Paulo: Companhia das Letras. 297 pp.

Gustavo Sorá

Professor Recém-Doutor, FAPERJ/IFCS-UFRJ

“O primeiro historiador da arte brasileira, sistemático e com visão geral do desenvolvimento cultural, erudito e capaz de interpretação, este ainda não o tivemos”. Publicada nas primeiras páginas de *Retrato da Arte Moderna do Brasil* (1947), esta categórica afirmação de Lourival Gomes Machado abre o livro de Heloísa Pontes. Ao escrevê-la, Machado era um jovem de apenas 28 anos, impelido pela inédita qualificação de primeiro doutor em ciências sociais e professor de política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Já era, por outro lado, crítico de arte dos jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noi-*

te. Para compreender a força contida naquelas palavras, aos poucos a autora vai esboçando um perfil daquele indivíduo, o momento de enunciação, outras apostas intelectuais, os efeitos de sua recepção a partir do contraste com outros críticos consagrados (Sérgio Milliet, Geraldo Ferraz) ou pretendentes (Luis Martins, Ruben Navarra). No campo artístico, o barroco mineiro inaugurava uma topografia intelectual delineada pelos mentores do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Afim com este referente, repudiando o Império e a República Velha, glorificando a vanguarda de 1922 e reescrevendo a história a partir da Colônia, em seu objeto, Machado não rompia com os esquemas gerais do modernismo. Em que residia, pois, a diferença do estudo e da postura desse homem?

Entre outros aspectos, Pontes confere destaque ao sentido da resposta que Machado deu à “Elegia de Abril”, prefácio que Mário de Andrade escreveu para o primeiro número da revista *Clima*, de maio de 1941. Como voz central do campo intelectual, Andrade clamava que se voltasse a atenção para a “potência moralizadora da técnica” e para a consciência profissional, a fim de erradicar o diletantismo e a improvisação dos críticos e ensaístas polígrafos. Em 1945, ao morrer o autor de *Macunaíma*, *Retrato da Arte Moderna*, Machado retomava a pregação de Andrade e aventava que os únicos capacitados a levar a cabo esse novo programa eram os editores daquela revista, egressos da Faculdade de Filosofia da USP, que Andrade havia alavancado. Uma diferença radical havia sido incorporada àqueles indivíduos pelos esquemas de trabalho inculcados pelas “missões” de professores franceses, que, a contragosto, forçaram a construção de objetos centrados no Brasil, em uma associação

indissolúvel entre teoria, método e pesquisa. A formulação inédita dos “problemas da tradição” elevaram Machado à condição de legítimo herdeiro e intérprete do modernismo, ao mesmo tempo que provocava uma clivagem temporalizadora do que até então havia sido e passava a ser o *ensaio* e a crítica de arte no Brasil, os limites do pensável e do impensável, do admirável e do desprezível neste terreno da alta Cultura. Basta dizer que em 1951, já ocupando a direção artística do MAM de São Paulo, Gomes Machado inaugurou a primeira Bienal.

Antes que um ato de clarividência individual, para Pontes as apostas culturais e universitárias de Machado só são inteligíveis como uma variante expressiva do grupo de jovens que compartilharam a aventura da revista *Clima*: dezesseis números irregularmente lançados entre 1941 e 1944, que catapultaram seus mentores a carreiras similares à de Machado.

Inspirada pelo estudo de Raymond Williams sobre o Bloomsbury Group, Heloísa Pontes delinea, na Introdução, um ponto de vista sociohistórico, sistêmico, comparativo. Como o grupo britânico, do qual fazia parte Virginia Woolf, *Clima* era, antes de mais nada, um grupo de amigos. Assim como o primeiro, este será compreendido não só do ponto de vista de seus membros, suas trajetórias e propriedades internas às obras, mas também pelo contraste com outras experiências contemporâneas e polares como a representada, no caso paulista, por Florestan Fernandes.

O “esboço de figura” do primeiro capítulo conecta elementos sobre a gênese de uma nova posição no cenário cultural paulista, dispersos durante toda a década de 40. Sobre essa camada, no segundo capítulo, Pontes sobrepõe o tempo de irrupção de *Clima*, revista de

crítica financiada por A. Mesquita, que estabeleceu o destino de seus responsáveis nas especialidades a cargo de cada um: Lourival Gomes Machado, artes plásticas; Antonio Cândido, literatura; Paulo Emílio Salles Gomes, cinema; Décio de Almeida Prado, teatro; Ruy Coelho, alternadamente entre estes quatro domínios; Gilda de Mello e Souza, ficcionista. Pontes leva ao limite a análise dos efeitos e alcances da “plataforma” intelectual que impulsionou este grupo a partir de sua primeira expressão pública(da). Valor central ganham as formas de autopercepção e os critérios negociados para sua recepção grupal: geração jovem, de críticos puros. Se “os modernistas” foram demolidores-constructores, eles seriam analíticos e funcionais. Numa mistura de audácia juvenil e petulância erudita, fundaram um novo código para falar do “movimento cultural” de sua cidade e do país. A partir deles o conceito de cultura no Brasil parece haver tomado uma nova direção. Aquele produto de estudantes, primeiro experimento coletivo emanado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, investia sem temores contra as obras dos modernistas, relendo-as em “sistema” com contextos amplos. Os lançamentos revolucionaram o caldo de debates da cidade. A instituição os ia recrutando como assistentes promissores; a imprensa, como novidade. Os agora marcados como ultrapassados, caso de Oswald de Andrade, reagiram das alturas, numa mistura de indignação-admiração, desqualificando e confirmando, controlando, na medida do possível, o poder de fogo destes jovens “crentes” e titulados. Aquele pioneiro os denominou e ao mesmo tempo demarcou como os “chato-boys”. Face ao estilo boêmio e diletante dos modernistas e críticos plurivalentes, estes jovens refinados e especializados reuniam-se

na Confeitaria Vienense para degustar seus chás e bebidas sem álcool. Ali chegavam deslumbrados, em transe esotérico, dos cursos de filosofia de Jean Maigüé. Progressivamente o livro dá destaque ao *locus* inigualável da Faculdade de Filosofia e os efeitos de revelação que sobre esses eleitos tiveram os cursos dos professores franceses.

Destinos Mistos trata, como indica o subtítulo, dos “críticos de cultura” do Grupo Clima e da fundação de um novo modelo de autoridade no campo intelectual nacional. A revista, abordada no terceiro capítulo, aprofunda a análise da individualização dos críticos, de seus textos, dos enfrentamentos que cada um travou em suas frentes de ação, dos deslocamentos de posições estéticas e intelectuais que coletivamente geraram, mas não chega a ser trabalhada em seus contornos materiais como objeto editorial avaliável no contraste com outras publicações. As fotografias utilizadas evidenciam este viés. O leitor não chega a imaginar nem a capa de *Clima*, mas no ápice do livro observa os jovens enturmados, vestidos de terno, portando livros, jogando xadrez, cortejando-se, forjando seu *esprit de corps* em passeios públicos, de férias em Campos do Jordão, em jantares, e, já adultos, no *Salão Nobre* da Faculdade, em seus lares, sorridentes e seguros das posições ímpares que alcançaram a partir daquele experimento de juventude. A sociabilidade comum entre os membros vai condimentando a análise e revela os fundamentos sociais e intelectuais da gênese de um estilo único para entender as coisas de cultura, sensibilidade vigente na São Paulo dos anos 40 e validada como hegemônica no Brasil de décadas subseqüentes.

No último capítulo, o quadro analítico de Pontes é selado com uma urdidura sociológica elementar, provida pe-

la caracterização das origens sociais, as trajetórias familiares e o prometido contraste com a figura do originariamente despossuído e finalmente revolucionário Florestan Fernandes. Outra das virtudes deste livro reside na exploração dos dados e recursos analíticos ali onde fazem falta, nas relações de oposição e complementação pertinentes. Dos efeitos de temporalidade que os “chato-boys” geraram frente à vanguarda já consagrada, a economia demonstrativa dá progressivo lugar à rotinização das carreiras de seus membros e às ameaças que seu estilo ensaístico e aristocrático sofreu, na medida em que outra alternativa de construção de dados sobre as culturas e as sociedades emergiu até dar forma, nos anos 50, à chamada Escola Paulista de Sociologia, guiada por Fernandes. A monografia passou a rivalizar com o ensaio, o estudo com a crítica, a pesquisa com a teoria. Na oposição entre ciências sociais e literatura (filosofia), ficavam definitivamente assentadas as bases da versão brasileira de uma estrutura elementar das culturas modernas. Enraizados na tradição como herdeiros, os limites dos jovens do Clima, sua capacidade para inovar e marcar, não dependiam de suas próprias forças, mas do novo esquema de divisões do trabalho intelectual, do novo estado da dominação simbólica e social atuantes entre as elites da cultura brasileira. Deslocados pelos efeitos colaterais da onda expansiva do cientificismo sociológico, os membros do *Clima* sofreram e demoraram até os anos 60 para reverter seus trajetos e culminar suas triunfantes carreiras como catedráticos da famosa Faculdade.

Sem perder o foco da confraria intelectual, das experiências vividas pelas pessoas, dos eventos e circunstâncias com freqüência inesperadas, a etnografia histórica de Pontes puxa os fios de

um jogo profundo e evolui na compreensão de mitos e monumentos que, em seus fundamentos, deslocam os mecanismos de realidades culturais que a nós nos toca viver e nos compete transformar.

TROUILLOT, Michel-Rolph. 1995. *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press. 191 pp.

Sérgio Paulo Benevides

Mestrando, PPGAS-MN-UFRJ

Uma das características que mais chamam a atenção em *Silencing the Past* são os relatos ou as declarações, digamos, mais pessoais, que compõem o prefácio, o início de cada capítulo – à exceção do primeiro – e o epílogo. Não se trata de um mero recurso ilustrativo atraente mas pouco útil. Antes, é algo intimamente relacionado com o raciocínio que se vai desenvolvendo ao longo do livro, porque permite mais uma vez perceber como a abordagem da história, de um passado muitas vezes aparentemente longínquo, compõe um discurso ativo acerca do presente. Por essas passagens, compreendemos por que Michel-Rolph Trouillot preocupasse em analisar eventos relacionados à história haitiana ou ao assim chamado descobrimento da América.

O tom mais pessoal, no entanto, não aparece apenas para justificar a importância que os temas tratados têm para o próprio autor. Os relatos não são confissões, mas descrições que permitem perceber como o passado do Haiti, por exemplo, ou a viagem de Colombo se podem ver relacionados com o presente, sendo, portanto, mais que um simples discurso a respeito de fatos de ou-

trora, de tempos idos – que, se apenas fosse assim, seriam tempos mortos e, provavelmente, esquecidos. Por esses relatos percebe-se a atualidade dos casos analisados e a preocupação de Trouillot com o “fazer-se história”. Pois é isto: o livro é sobre o fazer-se história.

Silencing the Past volta-se progressivamente para a compreensão da atualidade do passado. Para começar, o autor critica tanto uma abordagem positivista da história, que se articula como houvesse uma “verdade” rígida, substancial e inequívoca acerca dos fatos, quanto um construtivismo que ao se apoiar na idéia de que as narrativas sempre distorcem a vida, trata a história como mera ficção. A primeira perspectiva desconecta o passado do presente por meio do fetiche do fato. A segunda, despreza o próprio processo de construção do discurso, como pudesse a narrativa separar-se da vida.

A maneira positivista de narrar a história é também uma forma de “limpar” o discurso, de apresentar as fontes que servem de base para a narrativa como transparentes, os arquivos como fossem provas irrefutáveis – e, portanto, de deixar de fora qualquer questionamento acerca das relações de poder que atravessam todos esses elementos e que estão presentes na atualização do passado, em sua narração a partir do presente. O construtivismo, por sua vez, acaba por tratar o discurso histórico como uma construção narrativa a respeito do passado, negando porém autonomia ao processo sociohistórico do qual depende esse discurso. Não basta dizer que as narrativas históricas são produzidas: é preciso também dar conta dessa produção.

Narrar a história é também fazê-la, mas não porque tudo se possa resumir a uma construção meramente discursiva. A perspectiva é outra: a narrativa é

um movimento ativo, ligado a um processo social de negociações e poder (uma vez que não se pode esperar que qualquer coisa que se diga seja aceita como “verdade histórica”) pelo qual se determina a compreensão acerca dos eventos passados, dá-se-lhes inteligibilidade e pode-se agir (novamente) no presente.

Nem tudo pode ser dito. Primeiro, porque, para tornar qualquer discurso inteligível, é necessário escolherem-se os elementos que o comporão, de modo que tenham conexões, que com eles se possam estabelecer relações. Portanto, há que se suprimir algo por razões mesmo, digamos, cognitivas. Segundo, porque há investimentos de poder acerca do que se deve compreender e, assim, acerca também do que se deve narrar. Terceiro, porque, para obedecer a um princípio de causa e efeito, os eventos escolhidos numa determinada etapa da narrativa limitam a gama de novos eventos que podem ser mencionados daí para a frente, e assim por diante. Estamos, portanto, perante uma dialética entre o que se fala e o que se deixa de falar, entre o que se pode dar a dizer e o que é silenciado.

Essa dialética opera não apenas nas narrativas, mas também nas fontes e nos arquivos que lhes servem de base. A história de Sans Souci é um exemplo de silêncios e menções em todos esses níveis. Sans Souci – Jean-Baptiste Sans Souci – é o nome do ex-escravo nascido na África que integrou as forças que procederam à Revolução Haitiana em 1791. Quando os mais importantes comandantes das tropas rebeldes – Toussaint Louverture, Jacques Dessalines e Henri Cristophe – submeteram-se aos soldados franceses, Sans Souci rompeu com eles, e continuou resistindo. Depois, quando Dessalines e Cristophe retomaram a revolução (Louverture foi

preso e levado para a França) para, por fim, derrotar a metrópole, recusou-se a alinhar-se com o antigo comando. Acabou morto por Cristophe. Mas, Sans Souci é também o nome de dois palácios. Um, atualmente em ruínas, erguido em Milot, no Haiti, por Cristophe, feito rei depois da Independência (1804). Outro, construído seis décadas antes, em Potsdam, por Frederico, o Grande, da Prússia.

As menções a Sans Souci nas fontes, nos arquivos e nas narrativas da história haitiana, são menções aos palácios: à grandiosa obra cuja construção fora ordenada por Cristophe ou ao “modelo” de Potsdam, que, segundo alguns, ter-lhe-ia servido de inspiração. O coronel Jean-Baptiste Sans Souci foi silenciado. Trouillot analisa este fenômeno em cada um dos níveis e mostra como a operação de silenciar o passado é feita segundo duas fórmulas distintas: a primeira consiste em promover generalizações de forma a apagar diretamente determinados eventos; a segunda, em esvaziar eventos singulares de seu conteúdo, normalmente por meio de um detalhamento feito de modo a banalizar toda uma cadeia de fatos.

O silêncio opera também nas celebrações da memória, nas comemorações. Se a história vivida pode parecer uma série confusa de eventos para os atores – ou mesmo talvez nem seja percebida como uma série conformada –, a comemoração cria, modifica ou sanciona sentidos, significados atribuídos coletivamente à história. Sob seu apelo, as narrativas históricas tornam-se ainda mais limpas, “sanitarizadas”, e o passado ganha uma aparência mais elementar: calam-se os demais eventos que rodeiam o que é celebrado. E o caráter cíclico desse tipo de celebração reforça esse silenciar-se, tornando mais evidente o passado *tal como é comemorado*,

funcionando quase como uma “prova” *a posteriori* de que as coisas foram de fato como são narradas.

As comemorações do chamado descobrimento da América desempenham um papel-chave para a argumentação de Trouillot neste ponto. É importante que se diga que *Silencing the Past* não é montado com uma série de asserções meramente ilustradas depois por exemplos que as corroborem. Tampouco as asserções são posteriores aos casos analisados, como se deles se pudesse retirar uma teoria pronta que correspondesse a uma “verdade”. Em vez disso, a teoria é fruto do cruzamento entre as considerações feitas por Trouillot e os casos por ele tomados para estudo.

Cristóvão Colombo não foi feito herói em seu tempo nos termos em que seria mais tarde, nem o 12 de outubro do tal descobrimento da América (1492) – “descobrimento” e “América” são termos problematizados por Trouillot, que argumenta que a própria terminologia utilizada para descrever um evento demarca campos de poder – foi tomado como data especial na época em que o navegador viveu. Colombo e o descobrimento ganharam importância posteriormente, em particular nos séculos XVIII e XIX, quando a celebração do 12 de outubro transformou-se em uma grande comemoração. Os sentidos atribuídos a tal data estão intimamente relacionados com os contextos em que as comemorações se desenvolvem. Assim como “branco”, “católico” e “italiano”, Colombo ganha um significado nos Estados Unidos, influenciado pelas teorias do racismo científico, bastante diferente daquele atribuído ao navegador numa América Latina em que as populações indígenas são ainda bastante numerosas. É assim que se pode dizer que essas celebrações “ancoram o evento no presente”.

Como extensão de suas observações, Trouillot conclui que a história não é apenas uma remissão a um passado que efetivamente passou. Embora a exatidão empírica seja necessária para a produção histórica, não é suficiente para dar-lhe autenticidade. Isto porque – e encerremos com uma afirmação das mais de um livro já repleto de boas idéias – “a autenticidade histórica reside não na fidelidade a um passado alegado, mas numa honestidade em relação ao presente conforme se re-presenta o passado”.